



## REFLEXÕES ACERCA DA INTERSECCIONALIDADE ENTRE A PESQUISA FEMINISTA NEGRA E A EDUCAÇÃO POPULAR

### REFLECTIONS ON THE INTERSECTIONALITY BETWEEN BLACK FEMINIST RESEARCH AND POPULAR EDUCATION

Mônica Rodrigues Costa<sup>1</sup>

Fernanda Sardelich Nascimento<sup>2</sup>

Carolina Alves Barbosa de Souza<sup>3</sup>

Tatiane Michele Melo de Lima<sup>4</sup>

Flávia da Silva Clemente<sup>5</sup>

**Resumo:** Neste artigo, o objetivo é discutir as escolhas teórico-metodológicas, suas implicações e ressaltar os caminhos e descaminhos nesse processo. Para entendimento do leitor/a, recorreremos à epistemologia feminista negra interseccional e decolonial, em consonância com a educação popular e a etnografia, por tratarem fundamentalmente do engajamento científico-político-social da produção do conhecimento, da não neutralidade da ciência e da coconstrução decorrente do diálogo entre as pesquisadoras e as interlocutoras. As metodologias participativas, estiveram em sintonia com o encontro, a troca e a escuta, alicerces da construção coletiva. Como estratégias de interação, foram utilizados os procedimentos de observação, entrevistas semiestruturadas, narrativas e oficinas. A análise adotada na pesquisa nos possibilitou compreender e aprofundar em camadas a vida das mulheres das hortas.

**Palavras-chave:** Metodologia; Feminismo Negro Interseccional; Decolonialidade; Educação Popular.

**Abstract:** This article aims to discuss theoretical and methodological choices, their implications, and highlight the ups and downs in this process. For a better understanding of the reader's, we turn to intersectional and decolonial black feminist epistemology, in consonance with popular education and ethnography, because they fundamentally deal with the scientific, political and social engagement of knowledge production, the non-neutrality of science and the co-construction resulting from dialogue between researchers and interlocutors. Participatory methodologies were in tune with the meeting, the exchange and the listening, which are the foundations of collective construction. As interaction strategies, observation procedures were used in semi-structured interviews, narratives and workshops. The analysis adopted in this research allowed us to understand and delve deeper into the lives of women in the vegetable garden.

**Keywords:** Methodology; Intersectional Black Feminism; Decoloniality; Popular Education.

---

<sup>1</sup> Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, Pernambuco, Brasil. E-mail: [monica.rcosta@ufpe.br](mailto:monica.rcosta@ufpe.br)

<sup>2</sup> Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Recife, Pernambuco, Brasil. E-mail: [fernanda.sardelich@ufrpe.br](mailto:fernanda.sardelich@ufrpe.br)

<sup>3</sup> Especialista em Saúde Mental pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Secretaria de Saúde do Recife (SESAU). Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, Pernambuco, Brasil. E-mail: [carolina.absouza@hotmail.com](mailto:carolina.absouza@hotmail.com)

<sup>4</sup> Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, Pernambuco, Brasil. E-mail: [tatiane.mlima@ufpe.br](mailto:tatiane.mlima@ufpe.br)

<sup>5</sup> Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, Pernambuco, Brasil. E-mail: [flavia.clemente@ufpe.br](mailto:flavia.clemente@ufpe.br)



## 1 Introdução

Este texto é uma reflexão sobre as escolhas teórico-metodológica da pesquisa e suas implicações, ressaltar os caminhos e descaminhos nesse processo. Assim, buscamos de forma reflexiva apontar os desdobramentos da pesquisa, alinhada a uma epistemologia feminista negra interseccional e decolonial.

Nossa pesquisa de caráter qualitativo (Denzin; Lincoln, 2006) foi desenvolvida em duas hortas comunitárias situadas em áreas periféricas, na comunidade de Palha de Arroz e Dandara, ambas próximas e partes da mesma região: a primeira comunidade se situa no bairro de Campo Grande (Recife) e a outra em Peixinhos (Olinda), as quais serão melhor discutidas na próxima sessão. Contou com o apoio da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (Facepe), por meio do edital nº 11/2021 “Contribuição da C&T na redução da pobreza extrema em Pernambuco”, lançado em 2021, para dar suporte a políticas públicas, em uma agenda inclusiva para segmentos da sociedade, com foco na redução da extrema pobreza no estado de Pernambuco. O edital nos permitiu a realização de uma pesquisa interventiva, cujo título foi “Conversando com Mulheres Negras Periféricas e os seus Desafios à Sobrevivência”, o que influenciou na nossa escolha teórico-metodológica e nos caminhos desenvolvidos ao longo de 18 meses.

Consideramos importante alinhar a perspectiva teórico-metodológica adotada aos objetivos da pesquisa, a saber: 1) geral: analisar as necessidades das mulheres, por sustentabilidade financeira, segurança alimentar, proteção contra violências, inclusão digital e saúde; e 2) específicos: levantar dados empíricos sobre saúde, violência, exclusão digital e alimentação; colaborar para a autonomia e formação de sujeitos coletivos; apoiar as iniciativas em curso nas comunidades, como as hortas urbanas, experiências fitoterápicas, agroecológicas e outras; fomentar a autonomia das mulheres negras das comunidades no processo de digitalização das políticas públicas e governo digital; preparar tecnicamente mulheres negras das comunidades pesquisadas para o acesso digital às novas tecnologias.

Cumprindo os requisitos éticos e normativos da pesquisa com seres humanos, obtivemos a autorização do Comitê de Ética<sup>6</sup>, o que possibilitou imergir no campo e recorrer a diversas estratégias relacionais. Destacamos que, no presente artigo, a escolha da escrita no plural não diz respeito às normas acadêmicas, mas sim à forma como nosso

---

<sup>6</sup> Número do CAAE 58170122.2.0000.5208



grupo de pesquisa, que já conta com 18 anos de existência, se configura. Somos mulheres, diversas em nossas marcações sociais, sulleadas pela perspectiva feminista negra interseccional e decolonial, para desenvolver pesquisas qualitativas, com o objetivo de investigar as configurações do poder em diferentes dimensões das relações sociais e práticas coletivas, nos contextos culturais, sociais e políticos, nos quais estão inseridas tais práticas.

Assim, desde a construção do projeto para concorrer ao edital da Facepe, trabalhamos em coletivo. Acreditamos, conforme Brandão (2020), que a construção coletiva de conhecimento e a partilha de saberes estão em coerência com a decolonialidade da produção de conhecimento (normalmente centrada numa pessoa – a pesquisadora) e em sintonia com a perspectiva crítica e transformadora da educação popular, cuja produção do conhecimento é também processo político-pedagógico.

Além da perspectiva feminista negra interseccional e decolonial, que nos suleia (Campos, 2019) na produção de conhecimento “resistente dedicado ao avanço da equidade e da justiça de gênero” (Collins, 2022, p. 144), e da concepção da pesquisa como uma prática participativa, coletiva e vivencial, outros elementos teceram os fios e costuraram o nosso fazer: etnografia e educação popular como promotores do encontro, da formação de vínculo e da escuta qualificada. Baseadas neste campo epistemológico, apostamos no engajamento científico-político-social da produção do conhecimento, não neutro da ciência, da coconstrução, que ocorre no encontro entre as pesquisadoras e nossas interlocutoras.

Não realizamos pesquisa sobre as mulheres, mas com elas (Brandão, 2020), e para isso buscamos metodologias participativas, que apostam no encontro, na troca e na escuta como alicerce da construção coletiva, dos saberes partilhados e permeados por relações de poder, que precisam ser consideradas durante todo o processo. Nesse sentido, assumimos uma postura de autorreflexão sobre as relações sociais presentes e as relações de poder existentes entre nós pesquisadoras e com as interlocutoras, e seus efeitos ao longo de toda a pesquisa (Neves; Nogueira, 2005).

Antes de discutir sobre a pesquisa, consideramos importante uma breve contextualização do cenário nacional, momento especial de fragilização social, tornando-se o motor para o edital da Facepe. No Brasil, o cenário político que levou em 2016 ao golpe contra a presidenta Dilma Rousseff fez parte de um projeto político que ganhou força por meio do fortalecimento e entrelaçamento do fundamentalismo, neoliberalismo e neoconservadorismo, que teve entre seus efeitos, a eleição de políticos que defendiam



bandeiras ultraconservadoras, neoliberais e da extrema direita. Entre as consequências das eleições após o golpe, tivemos o desinvestimento de políticas públicas nos campos da saúde, da assistência social e da educação, gerando o aumento do desemprego, da precarização do trabalho, do aceleramento da destruição ambiental, da violência contra as mulheres e a população LGBTQIA+<sup>7</sup> (Benevides, 2022; Cerqueira *et al.* 2021).

Com o desmonte das políticas nesse período, vimos o Brasil retornar ao mapa da fome e os dados do Cadastro Único demonstraram que, de 2020 a 2021, mais de 17 mil famílias entraram em situação de extrema pobreza, o que representava 1.217.697 famílias com renda *per capita* até R\$ 89,00 no estado de Pernambuco. Para efeito de políticas públicas, a pobreza e a extrema pobreza são consideradas, a partir da dimensão econômica. Nesse sentido, desde o início da criação do Cadastro Único, pelo Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, designou-se “a família pobre como: a) aquela com renda familiar mensal *per capita* de até meio salário-mínimo; ou b) a que possua renda familiar mensal de até três salários-mínimos” (Sposati, 2021, p. 187), o que significa que abaixo desses valores as famílias são classificadas como estando em extrema pobreza.

Nesse cenário, o advento da pandemia Covid-19, em 2020, intensificou, em âmbito mundial, um processo de profundas desigualdades sociais, que se revelaram nos campos político, econômico e social. No Brasil, além do contexto de crise sanitária que exigiu a adoção de medidas restritivas em relação à circulação, aglomeração e contato entre pessoas, os impactos na vida da população resultaram na ampliação da pobreza e extrema pobreza, associada ao crescimento das desigualdades sociais, da violência contra as mulheres e do feminicídio (Eurico; Gonçalves; Fornazier, 2021; Nascimento *et al.*, 2021; Nascimento; Costa; Clemente, 2022).

No ano de 2021, dados apontaram que a cada cinco horas ocorria um registro de violência contra as mulheres e uma mulher era morta por feminicídio no Brasil. Em Pernambuco, foram 311 mulheres mortas por feminicídio. Se considerarmos os dados que não se referem aos que culminaram em morte, os números são ainda mais alarmantes, principalmente pela subnotificação dos casos (Ramos *et al.*, 2022).

Sabemos que a intersecção entre gênero, raça e classe social intensifica a condição de desigualdade social das mulheres e aumenta o risco de violência e feminicídio. Os dados do Atlas da Violência de 2021 apontam que 66% das mulheres assassinadas no

---

<sup>7</sup> As letras aqui dispostas representam a população de lésbicas, *gays*, bissexuais, transgêneros, *queer*, intersexuais e assexuais. O sinal de + visa incluir outras identidades de gênero e orientações sexuais não abrangidas pelas letras anteriores.



Brasil em 2019 eram negras (Cerqueira *et al.* 2021). O crescimento acentuado da violência contra as mulheres permaneceu durante 2022 (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023) Reforçamos que tal situação foi fruto do desinvestimento em políticas públicas, ocorrido nos últimos governos de extrema direita, e do comprometimento dos serviços de proteção ocorrido em decorrência da pandemia de Covid-19.

Foram as mulheres as mais afetadas no contexto pandêmico, pois sobre elas recaiu a maior carga emocional, psíquica e física, já que eram responsáveis pelo planejamento e gerenciamento da casa e de seus integrantes em diferentes dimensões de saúde, cuidado etc., principalmente as mulheres negras (Ávila; Alves; Arantes, 2021).

Sabemos que as mulheres negras são usuárias majoritárias das políticas sociais públicas, importantes no enfrentamento de contingências, como as geradas e/ou aprofundadas pela pandemia. Entre as pessoas que receberam auxílio emergencial em 2020, 55% eram mulheres – no estado de Pernambuco, a diferença foi ainda maior: das 3,7 milhões de pessoas beneficiadas, 2,1 milhões eram mulheres (Brasil, 2020).

Por esses motivos, escolhemos trabalhar com as mulheres negras periféricas, que estavam enfrentando os desafios da pandemia de Covid-19, sentindo na pele as adversidades do contexto e em condição de maior vulnerabilidade.

Vale ressaltar que essas mulheres participam de movimentos sociais, especialmente de luta pela moradia, o que gerou potência para a construção de alternativas à sobrevivência. Em associação a outras organizações sociais, criaram as hortas comunitárias para gerar alimento às suas famílias. Assim, decidimos nos engajar em tais iniciativas como forma de contribuição ao ancoramento do coletivo.

A seguir, discutiremos nosso fazer na pesquisa, em três sessões assim divididas: *Os caminhos da pesquisa*, que trata dos referenciais teóricos que sulearam nossa abordagem e suas implicações - metodologias utilizadas para a produção e coconstrução do material de campo, lócus da pesquisa, e de nossas interlocutoras; *As implicações teórico-metodológicas da pesquisa*, em que abordamos os desafios enfrentados a partir da utilização de cada uma das metodologias adotadas e suas possibilidades para a pesquisa participativa. Nessa sessão, também abordamos as compreensões sobre os fenômenos estudados a partir de nossos referentes e os desafios enfrentados. Assim, discutimos o período de observação participante, as entrevistas e as oficinas realizadas. Por fim, na última sessão, fizemos algumas considerações finais sobre essas vivências.



## 2 Os caminhos da pesquisa

Conforme dito anteriormente, o direcionamento da pesquisa foi interventivo, então, optamos pela educação popular (Trevisan; Paulo, 2020) por sua capacidade de convergir para esse propósito e para a posição teórica adotada. Através do diálogo com as experiências, em busca de dar saltos do individual para o coletivo, deslocamo-nos do que acreditamos ser exclusivo das vivências do eu para alcançar a compreensão de que há experiências de classe, raça e gênero em comum. Portanto, a transformação da problemática passa pela intersecção do que afeta a todas, de porque as afeta e do que podemos fazer juntos/as para a mudança coletiva.

Ao perscrutar as experiências, a educação popular possibilitou o encontro entre sujeitas, no caso, as pesquisadoras e as mulheres das hortas. Nesse movimento buscamos atentar para todo tipo de diálogo e exercitar o saber ouvir, considerando desde o pensamento ingênuo até as explicações mágicas para os problemas e os enfrentamentos cotidianos. Procuramos nos manter numa “ética da afirmação da vida” (Freire, 2007, p. 43), do respeito mútuo.

É fundamental afirmar que há um enlace entre o processo metodológico e o posicionamento teórico. O alinhamento ao feminismo negro interseccional e decolonial nos permite entender as várias relações assimétricas de poder presentes numa sociedade racista, sexista e heteropatriarcal (Collins, 2019; 2022; hooks, 2022). Desse modo, raça, gênero, classe, sexualidade e geopolítica, entre outros aspectos, estão articulados e produzem modos de objetivação e de subjetivação. A partir da colonialidade pauta-se um sistema-mundo capitalista/patriarcal/moderno/colonial/cristão europeu, do qual somos críticas (Bernardino-Costa; Grosfoguel, 2016; Lugones, 2020).

Compreendemos que os constructos centrais da interseccionalidade que aparecem como premissa metodológica e analítica que orientam nossa pesquisa são: “1) relacionalidade; 2) poder; 3) desigualdade social; 4) contexto social; 5) complexidade; e 6) justiça social” (Collins, 2022, p. 68). Assim, nosso ponto de partida é uma investigação crítica, de produção de conhecimento transformador, aberto a diferentes metodologias.

Do mesmo modo, fomos inspiradas pela etnografia, o que permitiu adentrar no universo das/os outras/os através do exercício profícuo do diálogo, da escuta e da ética respeitosa para com as mulheres, o que nos proporcionou uma experiência imersiva no lócus da pesquisa. Magnani (2009, p. 135) define o fazer etnográfico como:

[...] uma forma especial de operar em que o pesquisador entra em contato com o universo dos pesquisados e compartilha seu horizonte, não para permanecer



lá ou mesmo para atestar a lógica de sua visão de mundo, mas para, seguindo-os até onde seja possível, uma verdadeira relação de troca, comparar suas próprias teorias com as deles e assim tentar sair com um modelo novo de entendimento ou, ao menos, com uma pista nova, não prevista anteriormente.

Assim, a etnografia possibilitou captar um duplo movimento: “olhar de perto e de dentro, mas a partir dos arranjos dos próprios atores sociais” (Magnani, 2002, p. 18). Esse olhar “de perto e de dentro” não significa que o pesquisador seja capaz de perceber o ponto de vista do “nativo”, pois, como alerta Geertz (1997, p.89), só é possível perceber, “mesmo assim com bastante insegurança, [...] o ‘com que’ ou ‘através de que’ os outros percebem”.

Outra importante característica da etnografia e da educação popular é que ambas nos “afetam” (Favret-Saad, 2005) não apenas na experiência de campo, mas também posteriormente na própria releitura dos diários de campo (Goldman, 2003). Assim, requer sempre problematização e reflexividade, uma vez que não é possível passar pela experiência etnográfica sem ser modificado por ela (Silva, 2006). O mesmo ocorre com a pedagogia da educação popular. O caráter reflexivo, que faz ambas convergirem, contribuiu para pensar sobre o lugar das pesquisadoras no campo, nossas implicações e intersecções que nos aproximavam ou nos distanciavam das experiências, mas que nos posicionavam em um lugar privilegiado e de poder (Huijg, 2011).

Costuramos o diálogo entre as perspectivas adotadas por se tratar de um campo teórico social-crítico, para a compreensão dos fenômenos sociais, numa “análise crítica que tem a intenção prática de fomentar a mudança social” (Collins, 2022, p. 170). Para isso, foi necessário um alinhamento operacional da equipe da pesquisa e qualificação teórico-metodológica para a construção dos processos investigativos e pedagógicos, por meio de oficinas formativas nos termos da educação popular.

## 2.1 Metodologias adotadas

A pesquisa teve duração de dezoito meses, acontecendo no período compreendido de dezembro de 2021 a maio de 2023. Como dito, a construção coletiva foi um marcador fundamental presente em todos os momentos de nosso fazer. Não apenas entre nosso grupo de pesquisa, mas trabalhando em conexão com movimentos e organizações sociais: Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, Marcha Mundial das Mulheres, Biblioteca Multicultural de Peixinhos e Cooperativa Ecovida Palha de Arroz.



Essas organizações sociais contribuíram de diferentes maneiras para a construção de relações com as mulheres das hortas comunitárias, proporcionando nossa participação nas dinâmicas já existentes de encontro, como os mutirões, que são as ações de cuidado com as hortas: plantio, rega, poda, colheita dos alimentos e cuidado com ervas e outras plantas ornamentais. Essas entidades, assim, foram fundamentais para a entrada no campo e ao longo da pesquisa trouxeram a necessidade de diferentes negociações.

Após a entrada no campo, realizamos ao longo de toda a pesquisa, a observação participante com protocolo de registro em diário de campo. Durante esse período, fomos pondo em movimento nosso objetivo de apoiar as iniciativas em curso nas comunidades, como as hortas urbanas e suas experiências fitoterápicas e agroecológicas, entre outras ações. Destinamos recursos da pesquisa para a compra de cerca para proteger uma área e terra para favorecer o plantio de alimentos mais substanciosos, como milho, macaxeira e feijão. Além disso, o apoio também se expressou no engajamento da equipe nos processos que se desenrolaram nas hortas e no manejo da terra: participação nos mutirões, substâncias para a composteira, plantio de sementes e reorganização de canteiros, entre outras atividades.

Após cinco meses, aproximadamente, de inserção nas hortas e da observação das dinâmicas de relacionamento entre elas, entre elas e nós, delas com o território e com a horta, consideramos ser um bom momento para realizar as entrevistas. Uma vez que construímos laços e conhecimento entre nós pesquisadoras e as mulheres da horta, buscamos aprofundar esse diálogo e conhecimentos sobre o acesso delas aos serviços do território, as condições de moradia, saúde, trabalho e as relações familiares. Nos colocamos em posição de igualdade na horta: ali plantamos, regamos, limpamos, cuidamos, carregamos material de proteção para os leirões<sup>8</sup>, fizemos poda e colhemos com elas. E esses gestos foram geradores de diálogos ricos e muitas trocas de saberes, aberturas que gestaram as reflexões acerca do que e como tratar nas oficinas, construídas como processo político-pedagógico.

Decidimos por dois tipos de entrevistas, semiestruturada e narrativa, a partir de então, elaboramos em equipe os roteiros de ambas (Flick, 2004; Hernández; Collado; Lucio, 2013). Foram realizadas 6 entrevistas semiestruturadas em ambas as hortas, nas quais buscamos uma diversidade em relação à geração, questões raciais e tempo de pertencimento à horta para uma maior complexidade das informações.

---

<sup>8</sup> Termo utilizado para indicar a organização do plantio em canteiros



Além das entrevistas semiestruturadas foram realizadas 5 entrevistas narrativas. As entrevistas narrativas envolvem um processo aberto de entrevista, cuja finalidade é promover o contar uma história sobre os fenômenos vividos (Jovchelovitch; Bauer, 2002). Decidimo-nos por inserir essa modalidade de entrevista para compreender os percursos das mulheres na localidade e fora dela, as expressões das relações sociais presentes e o que elas elencavam, a partir de suas histórias, como elementos significativos para a compreensão dos desafios à sobrevivência e os enfrentamentos para a superação de tais desafios.

Acreditamos que o fato de sermos uma equipe formada basicamente por mulheres, quatro delas negras, três brancas, sendo quatro mães, com condições distintas de vida, foi algo que favoreceu aproximações com as mulheres, mesmo com as nossas diferenças geracionais, raciais, territoriais e de acesso a bens e serviços.

A ênfase no processo de construção coletiva, posição político-pedagógica adotada desde o princípio, foi responsável pelos momentos de avaliação ao fim de cada oficina, que ocorriam ainda no calor das vivências daquele encontro. Esses momentos não intencionavam apenas avaliar a ação, mas impulsionar nossos próximos passos.

Importante destacar que a dinâmica das oficinas, assim como a da observação participante, ocorreu de forma diferente nas duas hortas pesquisadas, seguindo os fluxos e as necessidades das mulheres. Esses elementos serão melhor tratados adiante neste texto.

Desse modo, notamos que as estratégias de coleta (observação, entrevista semiestruturada e entrevista narrativa) adotadas na pesquisa, alinhavadas pelo feminismo e pela educação popular, possibilitaram-nos compreender em camadas as vidas das mulheres das hortas. Corroboramos, assim, o pensamento de Collins (2022, p. 72), que destaca que “questões complexas podem exigir estratégias igualmente complexas de investigação”.

## **2.2 Lócus da pesquisa**

As hortas comunitárias estão situadas em duas áreas periféricas, nas comunidades Palha de Arroz e Dandara, ambas próximas e partes da mesma região, embora a primeira se situe no bairro de Campo Grande (Recife) e a outra em Peixinhos (Olinda). A região, como toda localidade, tem sua história: já foi parte do território do povo indígena Caeté. Eles mantiveram relações comerciais de pau-brasil com a França a contragosto dos



portugueses, que, por sua vez, acusaram-nos falsamente de matar e comer um bispo católico, sendo o estopim para a perseguição, escravização e genocídio desse povo (Medeiros, 2005).

Com o extermínio dos Caetés, o local passou a fazer parte do antigo Engenho Nossa Senhora da Ajuda, que foi considerado o segundo maior engenho de cana-de-açúcar de Pernambuco (Paula, 1999). O genocídio dos povos indígenas da área e a fuga de outros povos indígenas para o interior da Mata Atlântica existente à época incentivaram o uso do trabalho escravo. Sabemos que muitos negros africanos foram sequestrados, comercializados e trazidos para trabalhar nessas terras dos engenhos.

Foi com a construção e funcionamento do Curtume Santa Maria e do Matadouro<sup>9</sup> que a região começou a crescer. Muitas pessoas de fora vieram para trabalhar e viver. Em 1953, começou a funcionar a Fábrica da Fosforita, responsável por desalojar várias famílias de suas casas para cavar poços e extrair fosfato. Nos anos 1960, a fábrica decaiu, aterrou a maioria dos poços e loteou a área. Com o fechamento do Matadouro em 1970 e consequentemente do Curtume, muitas famílias perderam sua única fonte de renda e a fome se alastrou pela comunidade (Paula, 1999).

Peixinhos e Campo Grande são bairros de periferia urbana, onde vive uma ampla comunidade negra. Ao caminhar pelas ruas dos dois bairros, percebem-se moradias de alvenaria, madeira ou madeirite, muitas nas margens do antigo “Rio dos Peixinhos”, que hoje é conhecido por Rio Beberibe (Gondim, 2019). Há um crescimento da ocupação populacional no entorno do rio, que já não é de águas cristalinas, devido a não haver destinação correta de dejetos do lixo doméstico. O saneamento do bairro é bastante precário, com alguns amontoados de lixo nas ruas e esgotos a céu aberto. Há muito movimento comercial na área, com diversos estabelecimentos privados, a Feira “do Troca” e a Feira Livre de Peixinhos.

Ao considerar o processo de colonização e os seus impactos sobre as formas de ocupação da área, notamos conexões entre passado e presente nas condições de vida da população que habita o lugar. Apesar disso, ou talvez por isso mesmo, há mobilização comunitária na área, especialmente no bairro de Peixinhos. Como fruto dessas mobilizações surgiram as hortas comunitárias.

A Horta Popular Agroecológica Dandara funciona dentro do antigo Matadouro, que foi rebatizado pelos movimentos sociais e comunitários e hoje é chamado de

---

<sup>9</sup> Os termos Curtume e Matadouro estão com as iniciais em maiúsculo porque são nomeações da população do bairro.



Nascedouro. A área da horta fica ao lado de um antigo prédio, que hoje é ocupado pela Biblioteca Multicultural Nascedouro e pelo Balé Majê Molê. A horta teve seu início em 2020, durante a pandemia de Covid-19, a partir da articulação do movimento de agentes populares de saúde, com o Movimento de Trabalhadores por Direitos, o Movimento Boca do Lixo e a Biblioteca Multicultural Nascedouro<sup>10</sup>.

Havia uma preocupação com a comunidade, pois, com o isolamento social, o empobrecimento e a falta de atividades de promoção da saúde, muitas pessoas estavam adoecendo física e mentalmente. A horta começou com 12 pessoas envolvidas, sendo 10 mulheres negras da comunidade. A participação na horta é flutuante: já contou com, mais ou menos, 40 pessoas em momento mais crítico, quando da enchente de 2022 em Recife e Olinda, na maioria, mulheres negras de diferentes idades que frequentam os mutirões de maneira rotativa, mas a média de presença constante no espaço varia de 15 a 25 pessoas. A Horta Dandara conta com assessoria técnica da Organização Não Governamental (ONG) Centro Sabiá.

A Horta Mulheres Guerreiras da Palha de Arroz está localizada na Comunidade da Palha de Arroz, em uma área por trás da Cooperativa Ecovida Palha de Arroz. Antes da construção da horta, a área era repleta de metralha e lixo. A comunidade tem uma longa história de luta por moradia e pela construção da cooperativa de reciclagem, na qual muitas mulheres negras da área trabalham, sendo uma das principais fontes de renda da comunidade. A horta foi criada no ano de 2016 por algumas mulheres negras e com o apoio da ONG Centro Sabiá, da Coordenadoria Ecumênica de Serviço (Cese), da Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (Fase), da Marcha Mundial das Mulheres e da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Participavam em torno de 10 a 12 mulheres negras, em sua maioria, à época da pesquisa.

Em comum, essas hortas surgem em áreas que antes eram depósitos de lixo, contando com a participação exclusiva de mulheres e com o apoio de organizações não governamentais e movimentos sociais feministas ou alinhados à perspectiva feminista e apoiam a luta das mulheres por melhores condições de vida e por redução da insegurança alimentar.

---

<sup>10</sup> Para maiores informações consultar o perfil no instagram @mtd.pe e @bibliotecanascedouro.



### 2.3 Nossas interlocutoras

As mulheres que participam das hortas são majoritariamente negras e pobres, com idades que variam de 20 a 60 anos. Moram em regiões com saneamento básico precário ou inexistente, regiões em que o tráfico de drogas e a violência têm altos índices de ocorrência. Em sua maioria, essas mulheres não têm empregos fixos e fazem trabalhos informais e precarizados.

Entretanto, é importante ressaltar que, embora vivenciem algumas experiências em comum, não é possível tratar de forma homogênea as situações das mulheres de ambas as hortas. A mobilização das mulheres da Palha de Arroz é anterior à de Dandara, mas têm em comum a luta por moradia e vida digna que transformou locais de depósito de lixo a céu aberto em pequenas hortas comunitárias.

Em Palha de Arroz, como a área de plantio é muito pequena, optou-se por plantar e comercializar plantas ornamentais e ervas medicinais, no entanto, devido a investimento de emenda parlamentar federal, focada na segurança alimentar, o plantio foi redirecionado para alimentos. Além disso, as mulheres da Palha de Arroz possuem, em sua maioria, moradias próprias, frutos das lutas por habitação na comunidade. A questão da moradia é um problema generalizado na área por se situarem na beira dos canais. Como dito sobre a Comunidade da Palha, houve a conquista da habitação, mas, mesmo assim, ainda há carência em função de haver casas com mais de uma família compartilhando o mesmo espaço.

Na Horta Dandara, a área para o plantio é maior, bem como a sua diversidade. Há em torno de 25 de mulheres, que participam de forma mais efetiva da horta. As mulheres da Dandara ainda estão na luta por moradia. Muitas participam de movimentos em prol dessa causa. A questão da moradia é um dos principais problemas em Dandara. Algumas relatam já terem estado em situação de rua em algum momento da vida. Hoje muitas delas vivem em ocupações e/ou locais de risco, como em margens de rios e canais, em moradias com estrutura precária e estão lutando para conseguir suas casas próprias em lugares seguros e saneados. Durante o período de fortes chuvas acontecido em 2022, grande parte delas tiveram suas moradias invadidas pelas águas, perdendo móveis, roupas e documentos. Uma delas, inclusive, perdeu o seu marido por afogamento na rua da casa onde moravam.



### 3 As implicações teórico-metodológicas da pesquisa

Foram constantes as nossas preocupações com o contexto, as relações de poder, as hierarquias sociais presentes, os relacionamentos entre nós e com as mulheres, a forma como produzimos o conhecimento e a quem ele serve. Esse caráter de problematização e reflexividade também esteve presente nas indagações sobre a produção do conhecimento (Neves; Nogueira, 2005), levando-nos a questionar: uma prática crítica é capaz de fomentar a mudança social?

#### 3.1 Observação participante: a pesquisa no cotidiano

Antes de iniciarmos a atividade no campo, desenvolvemos um roteiro prévio de observação (Flick, 2004), que nos possibilitou, em um primeiro momento, atentar para elementos mais descritivos, para a complexidade do campo, e permitiu o aprofundamento nas questões que envolviam a pesquisa. Esse roteiro foi fundamental, principalmente para os momentos iniciais do campo, para orientar as estudantes de iniciação científica e equalizar nosso olhar em um roteiro flexível.

As observações no cotidiano são aqui consideradas “prática social, dialógica e reflexiva”, produto de negociações, que impõem limites e possibilidades (Cordona; Cordeiro; Brasilino, 2014, p. 123). Para Milagros Cordona, Rosineide Cordeiro e Jullyane Brasilino (2014), a observação no cotidiano é considerada prática discursiva, técnica e também estratégia metodológica que implica em um processo de construção e coconstrução de sentidos. Assim, sempre se refere a uma participação mútua, implicada e nunca neutra.

Inicialmente a observação nos permitiu uma visão mais ampla do funcionamento das hortas, das “etiquetas” locais e das pessoas que faziam parte dos locais pesquisados. Isso nos ajudou a compreender como deveríamos nos portar e a criar uma rotina nossa, diante da rotina existente. A permanência e a constância de nossa circulação foram relevantes para o estabelecimento de relações de confiança (Cordona; Cordeiro; Brasilino, 2014).

Como as dinâmicas das duas hortas eram diferentes, adotamos diferentes ações de adequação às suas peculiaridades. Na Horta Dandara as observações ocorriam geralmente nos mutirões, prática comum nos sistemas agroflorestais e agroecológicos, que ocorriam em dois dias específicos da semana, nos quais, além da rega, aconteciam o plantio, o manejo e os cuidados gerais com a horta. Em geral, nos mutirões, também estavam



presentes a técnica do Sabiá, que dava suporte à horta, e outras pessoas de movimentos, além de nós, pesquisadoras.

Nesses dias de mutirão, as mulheres se agrupavam em maior número e aconteciam lanches coletivos, momentos importantes para estabelecer os vínculos, mas também para alimentar as mulheres, pois algumas faziam lá a primeira refeição do dia, quando o lanche acontecia pela manhã, ou garantiam o jantar, quando ocorria à tarde. Os mutirões tinham duração de uma manhã ou uma tarde, e aconteciam em dias fixos da semana, o que facilitava a organização das mulheres. Nos demais dias, elas se organizaram em duplas ou trios para a realização da rega, de modo a garantir a manutenção da horta.

Na Palha de Arroz, era um pouco diferente a organização. Como a maioria das mulheres mora no entorno da horta, a rega é organizada pelas disponibilidades entre elas, normalmente duas ou três das mulheres garantem a rega. Às segundas-feiras à tarde, aconteciam as reuniões de planejamento e encaminhamento. Às sextas-feiras, realizava-se a organização para a venda das plantas ornamentais e medicinais. Encontramos maior dificuldade de aproximação, devido a conflitos e disputas constantes por liderança entre as mulheres. Outra questão foi a condução política de movimento na área. No entanto, a partir da entrada de um projeto de emenda parlamentar para a produção de alimentos na horta, com a assistência técnica da ONG Fase, a situação foi um pouco alterada e conseguimos participar e realizar duas oficinas temáticas sugeridas por elas.

Nossos marcadores sociais foram importantes para uma aproximação mais rápida, ou não, das mulheres. Algumas de nós, mulheres brancas professoras universitárias, com idade superior a 40 anos, foram recebidas com maior resistência e desconfiança inicial pelas mulheres periféricas. Outras, pela proximidade racial, ou pelo recorte geracional, foram acolhidas com mais abertura.

Inicialmente nosso grupo era composto por 6 mulheres, com diversidade em relação à raça, geração e classe. Dessas, 4 eram professoras, com diferentes formações (assistentes sociais e psicóloga) e 2, estudantes de serviço social. Além disso, em nosso grupo, 4 são mães, o que gerou algumas pontes, quando trocamos experiências sobre criação de filhos com as mulheres da horta. Posteriormente ingressou uma assistente social formada e um homem com formação em ciência ambiental. É importante demarcar que o grupo de pesquisadoras/es foi composto por: quatro mulheres negras, três brancas e um homem branco.

Fomos nos integrando à horta e sendo acolhidas pelas mulheres, fato que percebemos em Dandara quando elas diziam ter sentido saudade, quando não nos viam



naquela semana; quando perguntavam sobre nós; pelos abraços recebidos e pelos quitutes que faziam para nos entregar. Além disso, elas contavam com nossa mão de obra para o plantio, ensinavam-nos sobre chás e outros usos de plantas. Quando percebiam algo em nós ocorreram momentos em que separaram ervas da horta para levarmos para nossas casas. Em Palha de Arroz, não conseguimos construir vínculos com as mulheres, mas, mesmo assim, recebiam-nos com amabilidade.

A recíproca também era verdadeira: acompanhamos de perto o cotidiano dessas mulheres, muitas vezes seus processos de adoecimento físico e/ou mental, partilhamos histórias e preocupações. Aconteceram diferentes situações nas hortas. Como equipe, conversávamos sobre formas de apoio e acolhimento às mulheres e indicávamos caminhos que poderiam seguir para ter acesso a direitos, como benefícios por doença para os seus companheiros e recebimento de documentos, entre outros tipos de encaminhamentos.

Sempre atentas às hierarquias e relações de poder, insistimos em não sermos chamadas de professoras, uma vez que ali estávamos em troca e, por vezes, como aprendizes delas. Fomos convocadas a mediar momentos de conflito do grupo – como Márcio Goldman (2003) destaca, no campo de pesquisa, não é incomum esses convites ao trabalho. Isso talvez tenha ocorrido pelo fato de que tínhamos na equipe uma psicóloga, ou por nos considerarem mais capacitadas para tal, por sermos da universidade.

Assumindo que o espaço da pesquisa participante é um *lócus* de intervenção, a partir da educação popular, ocupamos um espaço político-pedagógico (Brandão; Borges, 2007; Freire; Nogueira, 1993), buscando nessas situações que cada uma tivesse seu direito de falar, pois, como nos ensina Freire (2007, p. 35), sabemos que é necessário “respeitar nos outros o direito de dizer a sua palavra”, garantindo, assim, a possibilidade de ser ouvido.

Coerentes com a pedagogia da educação popular, sempre afirmamos para elas não termos a verdade. Sintonizadas que buscamos ser com a construção coletiva de soluções alternativas, não indicávamos a solução (Freire, 2007), pois era do grupo que isso deveria emergir. Além disso, sempre reforçamos que elas eram capazes de encontrar um caminho coletivo, que faria sentido para o grupo, e assim mediamos algumas rodas de conversa, nos mutirões, para resolução de conflitos do dia a dia.

Durante o período de pesquisa, presenciamos e fomos capazes de compreender os desafios enfrentados por elas para ter acesso a saúde e a políticas públicas, as suas dificuldades para o cuidado com filhos e netos, a luta pela moradia, a violência existente



na ocupação, a violência nas relações afetivas, o desemprego e a precarização do trabalho e a falta de acesso educacional, além de problemas que se revelavam como resultantes em baixa escolaridade, como o fato de que algumas delas não sabiam nem ler nem escrever. As histórias contadas e a rotina do cotidiano apresentaram para nós a intersecção entre gênero, raça e classe social, pulsando naqueles corpos diante de nós, jorrando situações de vulnerabilidade e opressão, principalmente nos corpos das mulheres negras (Akotirene, 2019).

Na ocupação localizada ao lado da Horta Dandara, em que lutavam pelo acesso a moradia, relataram situações em que seus pertences eram roubados ou quebrados, sofriam assédio para deixar seu barraco e o movimento. Também contavam que as lideranças se apropriavam dos documentos delas e na hora da conquista de direitos eram deixadas de lado, preteridas por outras pessoas. A violência doméstica também estava presente, já que seus companheiros as impediam de circular livremente, de estudarem e de irem à horta.

No caso da Palha de Arroz, como dito anteriormente, as mulheres já haviam conquistado as moradias, deslocadas de seus barracos, para uma área próxima ao Rio Beberibe em Campo Grande. O desemprego, a luta por trabalho e sua precarização, a falta de escolaridade, por causa do trabalho infantil, a falta de rede de apoio para retornar aos estudos eram questões semelhantes às das mulheres da Dandara.

Entretanto, todas as relações de poder “suscitam necessariamente [...] abrem a possibilidade a uma resistência” (Foucault, 2012, p. 227), assim, pudemos acompanhar, por meio das observações, partilhas no cotidiano da pesquisa e estratégias encontradas por elas para lidar com essas situações. Por exemplo, a procura da retomada dos estudos através do Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a criação de estratégias com outras mulheres através de uma rede para não deixar o espaço da ocupação. As formas de enfrentamento e resistência eram nosso interesse também, uma vez que a investigação crítica interseccional almeja projetos resistentes de conhecimento (Collins, 2022).

A retomada dos estudos, muitas vezes interrompido ainda na infância pelo trabalho infantil, fato comum entre nossas interlocutoras, é compreendida pelo grupo como fator fundamental, pois “a educação não transforma o mundo [...] muda pessoas. Pessoas transformam o mundo” (Freire, 1979, p. 84). Ou seja, a busca pelo acesso à educação é parte importante para um processo de autonomia e emancipação das mulheres, por representar uma possibilidade de fortalecer o lugar de agentes da transformação social.



A perspectiva da educação popular foi imprescindível para romper com as relações hierárquicas, comumente presentes nas relações de pesquisa, entre sujeito-objeto, investigador-educador e os grupos populares, em relações sujeito-sujeito, considerando que todos detêm saberes que devem ser valorizados (Brandão; Borges, 2007; Freire; Nogueira, 1993; Trevisan; Paulo, 2020).

No diálogo com as mulheres, construímos nossas compreensões sobre suas vivências, ressaltando, sempre que possível, a importância do que elas nos ensinaram, como, por exemplo, a forma de plantar o alimento e os ensinamentos sobre as melhores ervas para tratar algo. Enfatizamos ainda o fato de que suas histórias nos proporcionaram novas leituras de mundo e mudanças de perspectiva, de tal modo que fomos afetadas por suas histórias (Favret-Saad, 2005).

O mergulho proporcionado pelo período de convivência permitiu verificar em Dandara a força da coletividade e da troca entre as mulheres. Mais do que lugar de produzir alimento e de driblar a insegurança alimentar, a Horta Dandara se configurou num espaço de trocas de afetos, de fortalecimento mútuo e de cuidados com a saúde mental, aspectos relatados em diferentes momentos de nossa presença. Em Palha de Arroz, a coletividade ainda não se fazia possível, pela disputa de liderança entre algumas das mulheres, formando dois grupos, mas havia relatos da horta como espaço de saúde mental e de ganhos financeiros, ainda que poucos, com a comercialização.

A vivência da pesquisa também foi fundamental para a aproximação e o desenvolvimento de relação de troca com as mulheres das hortas e para a construção de vínculos de proximidade e colaboração. Além disso, pudemos conhecer mais de perto a realidade das localidades pesquisadas e os modos como as intersecções entre raça, classe, gênero e sexualidades produzem maneira de subjetivação com efeitos na saúde física e mental, no trabalho, no acesso a direitos sociais e políticas públicas, na violência e no encontro de alternativas nas vidas das mulheres das hortas.

Todo o processo de construção de relações sociais com as coletividades das mulheres nos permitiu identificar questões relevantes para elas e para nós que deveriam ser consideradas para problematizar e refletir em coletivo, de modo que elas pudessem avaliar criticamente suas experiências. O percurso de pesquisa deu subsídios para as entrevistas, bem como para a realização das oficinas.



### 3.2 As entrevistas

A entrevista, como um processo de interanimação dialógica, exige constante reflexão ética por parte do pesquisador (Spink; Menegon, 2004). É importante considerar que o processo de construção da entrevista não se iniciou no momento em que o gravador foi ligado, mas desde antes, já nas observações, durante as negociações necessárias, para a realização da entrevista (Aragaki *et al.* 2014).

Os critérios de escolha das mulheres para as entrevistas consideraram o tempo de participação na horta, a idade, a questão racial e a disponibilidade para estarem conosco no momento de entrevistá-las. Ao negociar as entrevistas, destacamos a necessidade de autorização e de cumprimento dos trâmites solicitados pelo Comitê de Ética de Pesquisa com Seres Humanos, com a apresentação e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Para além dos trâmites normativos da ética em pesquisa, firmamos uma postura ética dialógica (Cordeiro *et al.* 2014), ao respeitar o tempo de fala e as pausas, atentas aos momentos das entrevistadas, ou seja, estivemos diligentes com a consideração das relações hierárquicas que podem se estabelecer no momento da entrevista.

As entrevistas semiestruturadas nos permitiram um mergulho em temáticas específicas que consideramos importantes devido ao fato de aparecerem durante a observação e também por constarem em nossos objetivos de pesquisa. Entre as temáticas, estavam: moradia; renda (formal e informal); formas de acesso às políticas públicas assistenciais e de saúde; inclusão digital e insegurança alimentar.

Em comum, as entrevistadas reconheceram o agravamento da pobreza, a dificuldade de acesso a alimentos, que anteriormente conseguiam comprar, como, por exemplo, carne, a escassez do acesso ao alimento e, portanto, a insegurança alimentar. Esses pontos em comum traduziam a dificuldade de arcar com as contas básicas do cotidiano. Nesse sentido, destacamos a fala de uma das entrevistadas (da Palha de Arroz):

Entrevistadora: É, quais são as suas necessidades? O que é que você precisa no dia a dia? É isso.

Entrevistada: É... Alimento pros meus filhos. Alimento pra mim e meus filhos, né?

Entrevistadora: Certo. E consegue comprar com esse dinheiro?

Entrevistada: Às vezes, eu consigo e, às vezes, eu não consigo, né? Num vou mentir. Que, às vezes, as coisa tá cara demais, mas eu ando dali, ando daqui e eu faço umas correria daqui, outra dali, eu num vou mentir. Que eu não sei



ficar parada, aí... [...] Às vezes, eu consigo, tem dia que eu num consigo. Num vou mentir.

Entrevistadora: E... paga água, paga energia?

Entrevistada: É pra pagar, né? Mas eu num pago porque eu num vou deixar de comer pra luz e água, né? Num vou mentir.

A sobrevivência depende do alimento, é cruel ter que escolher o que fazer com os recursos que possui. A questão da moradia também emerge com força nas entrevistas, através do sonho de conseguir uma casa ou de melhorar a moradia que possui. O acesso às tecnologias para as mulheres mais velhas acontece pela mediação de um familiar mais jovem, marcando um recorte geracional importante. O trabalho também acontece por meio da informalidade e de forma precarizada. Nesse sentido, o Bolsa Família, naquele momento nomeado Auxílio Brasil, é parte importante da renda familiar.

As entrevistas narrativas trouxeram outra perspectiva. Embora os elementos como moradia, renda (formal e informal), formas de acesso às políticas públicas assistenciais e da saúde e a insegurança alimentar tenham aparecido, essas entrevistas demonstraram com maior profundidade as marcas das intersecções entre gênero, classe e raça na vida das mulheres. Há relatos sobre ter vivenciado situações de rua, de violência e de precarização do trabalho.

Entrevistadora: Você não dorme...

Entrevistada: Tem dia que termina assim, eu tento dormir, mas eu quando deito na cama eu não durmo. Quando eu venho olhar a hora é 3 horas da manhã, já é hora de me levantar pra sair pra rua com a carroça. [...], porque se eu sair assim de 5 horas, 6 horas eu num pego mais nada na rua, que já tem outros também, que trabalha na rua que precisa também, né, como eu. [...] Aí eu junto depois eu vendo, porque se eu for vender na mesma hora não dá, né? Dá 5 reais, 10 reais, 15 reais. E durante a semana dá um trocadinho que eu vejo o que é que dá pra fazer dentro de casa, tendesse? É assim.

Entrevistadora: Você trabalha então das 3 da manhã, vai da manhã até que horário?

Entrevistada: Até, assim, até 11:30, meio-dia. Pronto. Até meio-dia eu paro. Meio-dia eu paro porque já vou fazer o quê? Vou tomar um banho, aí já vou pra cozinha pra ver o que é que tem pra gente almoçar, fazer almoço. E meu marido fica separando reciclagem, sabe? Que ainda tem a separação. [...] E quando não tem almoço pra fazer, aí eu tenho que, de todo jeito, procurar qualquer coisa pra vender pra fazer o almoço. Minha vida é assim.

O feminismo tem uma atenção especial às questões do trabalho feminino, como as jornadas extenuantes, intensas e intermitentes (Ávila; Ferreira, 2014), por conta do cuidado com os afazeres domésticos (casa, comida, recursos para garantir o alimento). A sobrecarga mental decorrente de tudo isso recai sobre as mulheres, especialmente as



pobres em seu esforço para conseguir comprar alimentos. Assim pudemos observar como a intersecção entre raça, classe e gênero aponta “para o funcionamento das relações de poder na produção de desigualdades sociais e os problemas sociais que elas engendram” (Collins, 2022, p. 71).

No caso da mulher entrevistada acima, uma mulher negra, há uma evidência de que no Brasil a pobreza tem cor ao revelar diversas faces do racismo estrutural: os racismos econômico, ambiental e institucional (Akotirene, 2019), como vemos na fala desta mesma mulher, ao contar sobre o bairro em que vive e como ele é afetado pelas chuvas e as enchentes:

Entrevistada: Eu vejo Peixinhos como um bairro que... Muito necessitado, né? Principalmente o lugar que eu moro, né? O lugar que eu moro é perto da beira do rio, né [...] Essa cheia... Faz muito tempo que eu tô levando essa cheia. É de resguardo dentro d'água, é... Grávida tanto tá como tá de resguardo, né? Graças a Deus, eu nunca tive nenhuma doença, né, como tem aquela doença do rato, né? [...] Muitas coisa eu passei aqui, né? E assim, aqui em Peixinhos tem muitas coisa que precisa melhorar, né? [...].

Já as entrevistas semiestruturadas possibilitaram uma compreensão mais pontual sobre suas vidas. Entretanto, destacamos o fato de as temáticas se repetirem, ainda que a forma de perguntar fosse diferente e permitisse a contação de história.

### 3.3 As oficinas

As oficinas partiam sempre das experiências das mulheres sobre os temas debatidos e visavam à problematização das crenças e visões de mundo, de modo a construir conhecimentos coletivos sobre eles e alternativas de enfrentamento dos problemas. Importante ressaltar que o uso de diferentes linguagens audiovisuais foi necessário, devido ao fator letramento, pois, em sua maioria, as mulheres independentemente de idade, eram analfabetas. Recorremos a imagens, símbolos, vídeos, contação de histórias e desenhos feitos por elas, enfim, tudo o que pudesse auxiliar o diálogo e a reflexão do coletivo.

Nas oficinas na Horta Palha de Arroz, devido à dinâmica da própria horta e de certa resistência encontrada, não conseguimos construir relações de solidariedade, como proposto na educação popular e afirmado por Brandão (2020). É importante atentar para o fato de que a participação nas duas localidades era flutuante, pois dependia da disponibilidade delas.

No processo de negociação constante com as nossas interlocutoras da Palha de Arroz, realizamos 5 oficinas com apenas dois focos e as seguintes temáticas: 1) oficina



introdutória de letramento digital, onde apresentamos a linguagem da internet através de seus símbolos (elaboramos materiais personalizados para essa oficina e para a necessidade apresentada por elas); 2) oficina de ferramentas digitais para comercialização (partimos das ferramentas que elas já possuíam e utilizavam: o *Instagram* e o *WhatsApp*; apresentamos o *WhatsApp business* e a possibilidade de construção de um catálogo); 3) oficina sobre internet e direitos sociais (discutimos com as mulheres a Lei nº 12.965 de 2014, considerando o acesso à internet como indispensável para o exercício da cidadania; também construímos painéis sobre as dificuldades que elas enfrentavam no acesso à internet e a respeito do que elas queriam e almejavam para o futuro tecnológico da comunidade em que vivem); 4) oficina de avaliação e encerramento desse ciclo; 5) oficina que tratou especificamente de direitos sociais e políticas públicas, reforçando o debate sobre eleições e sua relação com os direitos conquistados.

As negociações também ocorreram na Horta Dandara, porém lá os laços de solidariedade foram estabelecidos, como já destacado ao longo deste texto. Em Dandara, realizamos sete oficinas. Ao final de cada oficina, fizemos avaliações com o grupo de mulheres, que serviam também como momentos para refletir sobre nossa condução e para saber o que desejavam debater no próximo encontro. Nesse sentido, mudamos algumas oficinas que tínhamos pensado inicialmente e também incluímos novas a pedido das mulheres.

Participaram das oficinas em Dandara 20 mulheres em média. Não como um grupo fechado, mas de forma fluida, as diversas mulheres participaram de diferentes oficinas. Assim, em Dandara, ocorreram as oficinas que descrevemos a seguir.

Na primeira oficina, trabalhamos sobre as percepções delas sobre a região em que moravam. Como percebiam o bairro de Peixinhos, aspectos positivos e o que pensavam que seria preciso melhorar na região. Nessa oficina, surgiu a questão do trabalho, e nas partilhas das histórias delas, o trabalho infantil foi algo muito marcante, o que levou a equipe a inserir uma oficina específica para trabalhar essa questão.

Na oficina sobre trabalho infantil, as mulheres falaram sobre suas vivências e partilharam suas concepções sobre o labor na infância. A princípio, as narrativas delas acerca do trabalho infantil giraram em torno da sua importância para formar o caráter. Ao longo da oficina, conforme refletimos sobre os impactos nas vidas das crianças, a partir das próprias experiências delas e do modo como o trabalho infantil perpetua a condição de pobreza, as mulheres tiveram a oportunidade de iniciar um processo de ressignificação desse tema.



A terceira oficina teve como temáticas raça e classe, a partir da questão disparadora: quem sou e quem são os patrões? Trabalhamos sobre as características comuns entre as mulheres (trabalhadoras) e os patrões, sobre padrões que se repetem ao longo da vida e sobre racismo estrutural. Utilizamos um documentário “Eu empregada doméstica”, que proporcionou um maior aprofundamento ao debate.

Após a terceira oficina, elas indicaram o desejo de discutir sobre a temática da saúde mental. Na realidade, esse tema esteve presente de forma transversal em todo o processo da pesquisa, pois sempre surgiam situações em que elas partilhavam “agonias na cabeça”, “inquietações”, “situações de pânico” e tristezas – até mesmo o uso de termos como depressão e ansiedade eram recorrentes. Também apareciam relatos de familiares com “probleminhas de cabeça”, parentes e filhos “especiais”.

Portanto, respeitando a necessidade das mulheres, trabalhamos com esse tema na quarta oficina, denominada de problemas do cotidiano. Por meio do reconhecimento das nossas emoções e utilizando da estratégia da contação de histórias e de processos expressivos, falamos sobre nossos vazios e formas de enfrentamento deles. Essa oficina também trouxe o engajamento para a temática trabalhada na oficina seguinte sobre violência contra as mulheres.

Na quinta oficina, o debate sobre a violência contra as mulheres pôde ser ampliado, para além da violência presente na relação afetivo-sexual. Refletimos com as mulheres sobre as diferentes violências a que nós mulheres estamos vulneráveis em uma sociedade que se estrutura no machismo, no patriarcado e no racismo. A oficina também teve um caráter informativo sobre os lugares de proteção das mulheres, as leis existentes, a importância de buscar ajuda, sempre que necessário, e a importância da rede de solidariedade e proteção.

Considerando a importância da ampliação do repertório alimentar e a sua relação com segurança alimentar, nosso cientista ambiental organizou com dois biólogos uma oficina sobre plantas alimentícias não convencionais (Pancs). Nessa oficina, foi apresentada às mulheres uma série de plantas existentes na horta, que podem ser utilizadas nas suas cozinhas para enriquecer e diversificar seus alimentos. Algumas dessas plantas as mulheres já conheciam, outras não. A partir da conversa e dos esclarecimentos, eles fizeram dois pratos juntos com as mulheres demonstrando as possibilidades que as plantas apresentam.

A sétima oficina temática realizada na Horta Dandara foi sobre direitos e políticas sociais, a partir de três questões: 1) O que são direitos para vocês? 2) Por que existem



direitos sociais? e 3) Onde estão os direitos e como lutar por eles? As perguntas objetivaram trazer à tona a compreensão e os conhecimentos das mulheres sobre a importância das formas de efetivação dos direitos, da participação política e do lugar da coletividade na conquista de direitos.

Notamos que as oficinas foram momentos significativos de trocas e aprendizagens entre todas nós, pesquisadoras e mulheres das hortas. Os processos de reflexão permitiram ressignificar compreensões disseminadas e por vezes cristalizadas sobre pobreza e sobre os diversos aspectos que atravessam as existências delas e as nossas.

Em um último ato, como fechamento do processo, combinamos um momento para apresentar a elas nossos olhares sobre todo o período em que estivemos juntas. Como as provocamos por demais a refletir sobre questões difíceis e presentes no cotidiano, optamos por trazer aspectos positivos nessa última atividade: o fortalecimento do grupo, a redução dos conflitos por causa dos diálogos nos espaços coletivos, a solidariedade entre elas e as possibilidades de mudança no existir.

#### **4 Considerações finais**

As hortas foram os espaços mediadores da pesquisa, nelas vivenciamos encontros entre nós, entre nós e as mulheres das hortas, descobertas sobre insegurança alimentar, sobre os territórios, sobre as histórias de vida das mulheres e também foi o solo fértil do esperar (Freire, 2007). Esperar que diz respeito a solidariedade, a amizade, a manifestação da alegria de viver, as diferentes formas de usufruir das pequenas coisas, de encontrar novos sentidos, de suspensão do cotidiano das mulheres e de aprendizados, entre eles na resolução de conflitos.

Ao nos lançar num campo teórico-metodológico crítico e uma perspectiva político-pedagógica de transformação, que historicamente integra nosso exercício e relação com a pesquisa acadêmica, provocando deslocamentos enquanto grupo, gerando desconforto e incômodos para os acadêmicos conservadores, fomos afetadas, na compreensão da complexidade dos problemas, mas também pela potência da resiliência e de enfrentamento as situações extremas vivenciadas pelas mulheres.

Para desenvolver processos pedagógicos reflexivos, o desafio de construir vínculos é uma constante, especialmente por conta de temas sensíveis, como violência contra a mulher, trabalho infantil e saúde mental, entre outros. Foram as relações de confiança, afeto e acolhimento que construíram os vínculos em Dandara e favoreceram a



discussão desses temas. Por outro lado, as relações com outras organizações e movimentos no território de Palha de Arroz dificultaram desenvolver vínculos e, conseqüentemente, construir reflexões.

Outro fator relevante foi contar com espaço físico adequado: em Dandara, a biblioteca da comunidade foi nosso suporte o tempo todo, para os lanches coletivos, as reuniões e as oficinas. Em Palha de Arroz, havia a praça onde fica a horta e o galpão de reciclagem, excessivamente quente e abarrotado de materiais, gerando desconforto permanente e até mesmo impaciência nas mulheres. Trabalhamos com o que tínhamos à mão.

Uma pesquisa que articula feminismo negro interseccional decolonial e educação popular, já parte das experiências. A pesquisa em questão, por conta das escolhas teórico-metodológicas, tornou-se um laboratório alquímico, no qual fomos misturando nossos saberes diversos, para construir todo o ferramental necessário à sua realização. O diálogo e a escuta qualificada foram sempre nossa maior arma para enfrentar os desafios e aperfeiçoar estratégias.

A decisão de trabalhar em coletivo, com vários níveis de formação e experiência em pesquisa, precisou de abertura para viver o processo, por parte de toda a equipe. A equipe, majoritariamente feminina, com um único membro masculino, encontrou lugares de conexão diversos com as mulheres das hortas comunitárias de Dandara e Palha de Arroz – ressaltamos que o homem da equipe foi acolhido, com sua *expertise* no manejo de sistemas agroflorestais, somando com os conhecimentos já existentes pelas mulheres das hortas.

A opção por diversas estratégias de coleta apresentadas ao longo do texto e adotadas na pesquisa, alinhavadas pelo feminismo negro interseccional decolonial e pela educação popular, possibilitou-nos compreender e aprofundar em camadas as vidas das mulheres das hortas, levando-nos a escavar devagar e com delicadeza as experiências das mulheres, considerando suas dores silenciadas, feridas expostas, belezas, forças realizadoras e vibrações positivas que elas carregam.

Ao mesmo tempo, fomos afetadas profundamente por essas vivências e também por seus saberes, pela escuta qualificada, pela presença constante nas hortas e pela participação nos seus manejos. Isso fez toda a diferença para construirmos relações solidárias. As oficinas se constituíram, como expusemos, num profícuo espaço de diálogo, onde cada uma teve “o direito de dizer sua fala”, algo fundamental para a abertura e a construção coletiva de um novo saber.



Encontrar os fios para tecer todo o processo, com suas cores e espessuras diversas, talvez tenha sido a maior riqueza da pesquisa em si mesma. Esse percurso nos possibilitou abraçarmos a diferença para uma prática democrática em pesquisa, para uma ética respeitosa e amorosa (hooks, 2021). Por isso, precisamos indagar: como contribuir com o enfrentamento da pobreza se não sairmos de nossas compreensões elitistas e cristalizadas sobre o que realmente ela é e sobre o que ela provoca nas vidas das pessoas? Questão que pretendemos responder e aprofundar em artigo futuro.

## Referências

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

ARAGAKI, S. S.; LIMA, M. L. C.; PEREIRA, C. Q.; NASCIMENTO, V. L. V. Entrevistas: negociando sentidos e coproduzindo versões de realidade. In: SPINK, Mary J. P.; BRIGAGÃO, I. M.; NASCIMENTO, V. L. V. do; CORDEIRO, M. P. (org.). **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014. p. 57-96.

ÁVILA, M. B.; ALVES, M.; ARANTES, R. Na pandemia, nós mulheres “estamos de luto e lutando”. **Coletiva**, Recife, n.16, abr. 2021. Disponível em: <https://www.coletiva.org/politica-e-cidadania-n16-na-pandemia-nos-mulheres-estamos-deluto-e-lutando-por-maria-mercia-e-r>. Acesso em: 5 jul. 2025.

ÁVILA, M. B.; FERREIRA, V. (org.). **Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres**. Recife: SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia, Instituto Patricia Galvão 2014.

BRASIL. **Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014**. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/112965.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112965.htm). Acesso em: 5 jul. 2025.

BRASIL. Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único (Sagiacad). **Auxílio Emergencial 2020**. Disponível em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/index.php?g=2>. Acesso em: 5 jul. 2025.

BENEVIDES, B. G. (org.). **Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021**. Brasília, DF: Distrito Drag; Antra, 2022. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf>. Acesso em: 3 maI. 2022.

BERNARDINO-COSTA, J.; GROSFUGUEL, R. Decolonialidade e perspectiva negra. **Sociedade e Estado**, [S. l.], v. 31, n. 1, p. 15-24, jan./abr. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100002>.

BRANDÃO, C. R. Prefácio: Caminhos percorridos entre a Educação Popular e a Pesquisa Participante. In: SILVA, A. V.; PAULO, F. dos S.; TASSARO, M. (org.). **Educação popular e pesquisas participativas**. Veranópolis: Diálogo Freiriano, 2020, p. 7-22.



BRANDÃO, C. R.; BORGES, M. C. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Revista Educação Popular**, Uberlândia, v. 6, n.1 p. 51-62. jan./dez. 2007.

CAMPOS, M. d'O. Por que SULEar? Marcas do Norte sobre o Sul, da escola à geopolítica. **Revista Interdisciplinar Sulear**, [S. L.], n. 2, p. 10-35, set. 2019. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/sulear/article/view/4140/2410>. Acesso em: 20 jul. 2023.

CERQUEIRA, D.; FERREIRA, H.; BUENO S.; ALVES, P. P.; LIMA, R. S. de; MARQUES, D.; SILVA, F. A. B. da; LUNELLI, I. C.; RODRIGUES, R. I.; LINS, G. de O. A.; ARMSTRONG, K. C.; LIRA, P.; COELHO, D.; BARROS, B.; SOBRAL, I.; PACHECO, D.; PIMENTEL, A. **Atlas da Violência 2021**. São Paulo: FBSO, 2021.

COLLINS, P. H. **Bem mais que ideias**: a interseccionalidade como teoria social crítica. São Paulo: Boitempo, 2022.

COLLINS, P. H. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

CORDEIRO, M. P.; FREITAS, T. R. de; CONEJO, S. P.; LUIZ, G. M. de. Como pensamos ética em pesquisa. In: SPINK, M. J. P.; BRIGAGÃO, I. M.; NASCIMENTO, V. L. V. do; CORDEIRO, M. P. (org.). **A produção de informação na pesquisa social**: compartilhando ferramentas. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014. p. 31-56.

CORDONA, M. G.; CORDEIRO, R. M.; BRASILINO, J. Observação no cotidiano: um modo de fazer pesquisa em psicologia social. In: SPINK, M. J. P.; BRIGAGÃO, I. M.; NASCIMENTO, V. L. V. do; CORDEIRO, M. P. (orgs.). **A produção de informação na pesquisa social**: compartilhando ferramentas. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014. p. 123-148.

DENZIN, N. K.; LINCOLIN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K.; LINCOLIN, Y. S. (orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 16-41.

EURICO, M.; GONÇALVES, R.; FORNAZIER, T. Racismo e novo pacto da branquitude em tempos de pandemia: desafios para o Serviço Social. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 140, p. 84-100, jan./abr. 2021. Disponível em: [http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282021000100084](http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282021000100084). Acesso em: 06 jul. 2025.

FAVRET-SAAD, J. “Ser afetado”. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 13, n. 13, p. 155-162, 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50263>. Acesso em: 6 jul. 2025.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: - 20 mai. 2024.

FOUCAULT, M. Poder e Saber. In: FOUCAULT, M. **Ditos e Escritos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. p. 218-235.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.



FREIRE, P. Pacientes impacientes: Paulo Freire. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Caderno de educação popular e saúde**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2007. p. 32-45.

FREIRE, P.; NOGUEIRA, A. **Que fazer**: teoria e prática da educação popular. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

GEERTZ, C. Do ponto de vista dos nativos: a natureza do entendimento antropológico. In: GEERTZ, C. **O saber local**: novos ensaios em antropologia interpretativa. Tradução de Vera Mello Joscelyne. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 85-107.

GOLDMAN, M. Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos: etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 46, n. 2, p. 445-476, jan. 2003.

GONDIM, J. V. S. **Estado e Política Pública no Recife**: a bacia do Rio Beberibe e as intervenções do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). 2019. 223 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

HERNÁNDEZ, S. R.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. del P. B. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

hooks, b. **Tudo sobre amor**: novas perspectivas. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2021.

hooks, b. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Tradução Bhuvi Libanio. 18. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.

HUIJG, D. D. “Eu não preciso falar que eu sou branca, cara, eu sou latina!”: ou a complexidade da identificação racial na ideologia de ativistas jovens (não) brancas. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 36, p. 77-116, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644990>. Acesso em: 6 jul. 2025.

LUGONES, M. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, H. B. (org.) **Pensamento feminista hoje**: perspectiva decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020. p. 52-83.

JOVCHELOVITCH, S.; BAUER, M. W. Entrevista narrativa. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 90-113.

MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 11-29, jun. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/KKxt4zRfvVWbkbgsfQD7ytJ/>. Acesso em: 6 jul. 2025.

MAGNANI, J. G. C. Etnografia como prática e experiência. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 15, n. 32, p. 129-156, 2009.

MEDEIROS, R. P. de. Memória indígena, arqueologia e patrimônio cultural: reflexões sobre a presença indígena nas narrativas sobre a fundação de Olinda. **Clio Arqueológica**, Recife, n. 18, p. 77-108, jul. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/clioarqueologica/article/view/246943>. Acesso em: 6 jul. 2025.

NASCIMENTO, F. S.; ALMEIDA, R.; GRANJA, E.; HELAL, D. H. Saúde, home office e trabalho docente: construção compartilhada de estratégias de sobrevivência em tempos de pandemia. **Rev. Nufen**: Phenom. Interd., Belém, v.2, n.13, p.82-94, 2021.



NASCIMENTO, F. S.; COSTA, M. R.; CLEMENTE, F. da S. Articulando feminismo decolonial, interseccionalidade e educação popular em pesquisa com mulheres negras. **Revista Interterritórios**, Caruaru, v.9, n.18, e258944, 2023. DOI: <https://doi.org/10.51359/2525-7668.2023.258944>

NEVES, S.; NOGUEIRA, C. Metodologias feministas: a reflexividade ao serviço da investigação nas Ciências Sociais. **Revista Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 18, n. 3, p. 408-412, dez. 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-79722005000300015>.

PAULA, Z. de. **Peixinhos**: um rio por onde navegam um povo e suas histórias. Olinda: Centro de Cultura Luiz Freire, 1999.

RAMOS, S. Juliana F. Gonçalves, Bruna Sotero, Ana Letícia Lins, Dália Celeste, Francine Riberio, Luciene Santana, Ana Paula de Carvalho. **Elas vivem**: dados da violência contra a mulher. Rio de Janeiro: CESeC, 2022. Disponível em: [http://observatorioseguranca.com.br/wordpress/wp-content/uploads/2022/03/EMBARGO-ATE-5AM-1003\\_REDE-DE-OBS-elas-vivem\\_-2.pdf](http://observatorioseguranca.com.br/wordpress/wp-content/uploads/2022/03/EMBARGO-ATE-5AM-1003_REDE-DE-OBS-elas-vivem_-2.pdf). Acesso em: 3 maiO. 2022.

SILVA, K. C. da. O poder do campo e o seu campo de poder. In: FLEISCHEIR, S.; BONETTI, A. (org.). **Entre saias justas e jogos de cintura**: gênero e etnografia na antropologia brasileira recente. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2006. p. 168-186.

SPINK, M. J. P.; MENEGON, V. M. A pesquisa como prática discursiva: superando os horrores metodológicos. In: SPINK, M. J. P. (org.). **Práticas discursivas e produção dos sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004. p. 63-92.

SPOSATI, A. O. Cadastro Único: identidade, teste de meios, direito de cidadania. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 141, p. 183-204, maio/ago. 2021.

TREVISAN, E.; PAULO, F. dos S. Educação Popular e Pesquisa Participativas: um olhar para a educação não escolar. In: SILVA, A. V.; PAULO, F. dos S.; TASSARO, M. (org.). **Educação popular e pesquisas participativas**. Veranópolis: Diálogo Freiriano, 2020. p. 96-109.

**Recebido em:** 29 de maio de 2024.

**Aceito em:** 20 de agosto de 2025.